

Promoção de Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária, um relato de experiência

Promotion of Productive Inclusion with Health Security, an experience report

DOI:10.34119/bjhrv4n2-399

Recebimento dos originais: 01/03/2021

Aceitação para publicação: 19/04/2021

Haideline Mertens Kuff

Sanitarista

Especialista em Gestão da Vigilância Sanitária

Especialista em Vigilância em Saúde Ambiental

Coordenação Municipal de Vigilância Sanitária de Terenos/MS

Prefeitura Municipal de Terenos

Travessa Diayr Capille Camargo Sceiest N° 705 – CEP 79190-000 – Terenos/MS

haide.mertens@gmail.com

RESUMO

Para trabalhar com alimentos, é preciso respeitar as normas sanitárias com o objetivo de evitar a contaminação dos produtos e zelar pelo bem-estar e saúde dos consumidores. Como o município de Terenos/MS, possui 21 assentamentos rurais e nossa população é 58% rural, buscamos através deste projeto, auxiliar e apoiar a produção de alimentos da agricultura familiar, baseado nos princípios de inclusão social e econômica, tendo como base a RDC 49/2013. Pois os agricultores familiares enfrentavam muitos entraves em relação às normas sanitárias, o que atrapalhavam ou dificultavam a sua produção. Auxiliamos este público nas áreas de qualificação profissional, empreendedorismo e regularização junto à Vigilância Sanitária, para que estes sejam fortalecidos e que ocorra uma ampliação dos seus produtos no mercado consumidor. Mostramos para estes que adotando as boas práticas na sua produção possibilita fazer produtos de qualidade em um ambiente às vezes não tão grande e estruturado como exige a legislação sanitária. Foram realizadas reuniões e cursos nos assentamentos da região com o intuito destes produtores conhecerem quais são as ações da Vigilância Sanitária, e principalmente quebrar o paradigma de que a Vigilância Sanitária “só dá prejuízo”, além de ajudá-los a saírem da informalidade e regularizar as atividades desenvolvidas por estes juntos aos órgãos de fiscalização. Foram desenvolvidos o Curso de Boas Práticas de Manipulação, Cadastro do Produtor e dos produtos, Carteira de Sanitária ou de Saúde, Confecção do Rótulo (etiqueta) com código de barra sem custo para o produtor – Parceria com a AGRAER (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural), para a comercialização dos produtos produzidos pela agricultura familiar, visando a obtenção de renda, fortalecimento e ampliação da entrada de produtos no mercado consumidor. Em quase três anos de projeto, passamos de 24 para 80 produtores cadastrados e comercializando seus produtos, que vão de doces e hortifrutigranjeiros. A partir do momento que nós Vigilância Sanitária, passarmos a orientar mais e não só punir, ou seja, abandonarmos o modelo de fiscalização higienista e objetivamos o controle do risco, conseguiremos uma produção mais segura e diminuiremos os riscos de uma contaminação dos alimentos.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Inclusão Produtiva, Vigilância Sanitária

ABSTRACT

In order to work with food, it is necessary to respect sanitary standards in order to avoid contamination of products and ensure the well-being and health of consumers. As the municipality of Terenos / MS, has 21 rural settlements and our population is 58% rural, through this project we seek to assist and support the production of food from family farming, based on the principles of social and economic inclusion, based on the DRC 49/2013. Because family farmers faced many obstacles in relation to health standards, which hindered or hindered their production. We assist this public in the areas of professional qualification, entrepreneurship and regularization with the Health Surveillance, so that they are strengthened and that an expansion of their products occurs in the consumer market. We show them that by adopting good practices in their production, it is possible to make quality products in an environment that is sometimes not as large and structured as required by health legislation. Meetings and courses were held in the settlements in the region in order for these producers to learn about the actions of the Health Surveillance, and especially to break the paradigm that the Health Surveillance “only causes harm”, besides helping them to get out of informality and regularize the activities developed by them together with the supervisory bodies. The Course on Good Handling Practices, Producer and Product Registration, Sanitary or Health Portfolio, Label Making (label) with barcode at no cost to the producer were developed - Partnership with AGRAER (Agency for Agrarian Development and Rural Extension), for the commercialization of products produced by family farming, with a view to obtaining income, strengthening and expanding the entry of products into the consumer market. In almost three years of the project, we have grown from 24 to 80 registered producers and selling their products, ranging from sweets and fruit and vegetables. From the moment that we Health Surveillance, we start to guide more and not only punish, that is, we abandon the hygienist inspection model and aim at risk control, we will achieve safer production and reduce the risks of food contamination.

Keywords: Family Agriculture, Productive Inclusion, Health Surveillance

1 INTRODUÇÃO

Para trabalhar com alimentos, é preciso respeitar as exigências da Vigilância Sanitária com o objetivo de evitar a contaminação dos produtos e zelar pelo bem-estar dos consumidores. Sendo que as ações da vigilância sanitária para a segurança de alimentos são percebidas de forma controversa principalmente quando acompanhadas de poder de polícia. (LUCCHESI, 2001) Essas se tornam, muitas vezes repressoras, contra as atividades que podem apresentar potenciais malefícios à saúde, e impactam de forma constantemente constrangedora as classes sociais que as exercem. Muitas classes, como os agricultores familiares em pequenas propriedades, não praticam suas atividades intencionalmente de forma equivocada, mas, além de adotarem formas produtivas baseadas nas tradições, estão relacionadas a diversas situações, que incluem além de deficiências de acesso à informação à dificuldades para obtenção de crédito para

adequações dos processos de produção. (REDIN, 2011; DORIGON, 2008; WILKINSON; MIOR, 1999).

A agricultura familiar geralmente evolui de forma natural para uma agroindústria familiar ou rural. Pois os agricultores familiares processam produtos in natura para o autoconsumo e gradativamente passam a comercializar os produtos excedentes como alternativa para aumentar a renda familiar. Sendo que este tipo de empreendimento é uma forma de organização na qual a família produz, processa e /ou transfere parte da sua produção de forma artesanal, preservando o saber fazer herdado. (DORIGON, 2008).

A legislação sanitária é vista como um dos principais problemas enfrentados pelos produtores, pois tem como princípio norteador a grande escala de produção e o elevado tempo entre produção e consumo, associando a qualidade à presença de determinada estrutura física, desconsiderando o processo de produção como decisivo para a qualidade do produto final. (SILVEIRA; ZIMERMANN, 2004).

Em 2013 a Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, publicou uma resolução que dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências., a RDC – Resolução de Diretoria Colegiada n° 49, de 31 de Outubro de 2013 intitulada de "Inclusão produtiva com segurança sanitária". Esta trouxe como objetivo estabelecer as normas para a regularização do o exercício de atividades de interesse sanitário, que são objeto de fiscalização da vigilância sanitária.

Seguindo os princípios dos incisos II e III da referida resolução, que são a inclusão social, produtiva e de boas práticas estabelecidas pelos órgãos de vigilância sanitária, e a harmonização de procedimentos para promover a formalização e a segurança sanitária dos empreendimentos de produtos e serviços prestados pelo público alvo da resolução, considerando os costumes, os conhecimentos tradicionais e aplicando as boas práticas estabelecidas pelos órgãos de vigilância sanitária, e tendo como diretrizes a racionalização, simplificação, proteção à produção artesanal a fim de preservar costumes, hábitos e conhecimentos tradicionais na perspectiva do multiculturalismo dos povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares, e principalmente a razoabilidade quanto às exigências aplicadas, surgiu no município de Terenos/MS no ano de 2016, o "*Projeto de Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária*".

2 DESENVOLVIMENTO

O município de Terenos, está situado no sul da região Centro-Oeste do Brasil, no Centro Norte de Mato Grosso do Sul, possui 2.844,508 km², uma população de 22.269 (conforme estimativa do IBGE 2020), sendo que 58% rural e 42% urbana, com densidade demográfica de 6,03 hab/km², IDH – Índice de Desenvolvimento Humano de 0,58 e 21 Assentamentos Rurais.

Os agricultores familiares enfrentavam muitos entraves em relação às normas sanitárias, o que atrapalhavam ou dificultavam não só a sua produção, mas também a comercialização e a participação em mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e demandam da regularização das agroindústrias familiares, comunitárias e artesanais, cujas características não se enquadravam em muitas exigências da legislação sanitária.

Diante disso, o Projeto de Promoção de Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária, qualificou, instruiu e formalizou agricultores familiares, cujas atividades estão sujeitas à vigilância sanitária com um paradigma de propriamente orientadora e acima de tudo, apoiadora destes, bem como promoveu uma maior integração das ações do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), junto aos pequenos negócios, administrados por estes.

Auxiliamos este público nas áreas de qualificação profissional, empreendedorismo e regularização junto à Vigilância Sanitária, para que estes sejam fortalecidos e que ocorra uma ampliação dos seus produtos no mercado consumidor. Mostramos para estes que adotando as boas práticas na sua produção possibilita fazer produtos de qualidade em um ambiente às vezes não tão grande e estruturado como exige a legislação sanitária

Realizamos reuniões com intuito de estes produtores rurais conhecerem quais são as ações da VISA, e principalmente quebrar o paradigma de que a Vigilância Sanitária “só dá prejuízo”, além de ajudá-los a saírem da informalidade e regularizar as atividades desenvolvidas por estes juntos aos órgãos de fiscalização. Estas foram realizadas semanalmente, onde a cada encontro mais agricultores se interessavam pelo projeto. Assuntos como a Vigilância Sanitária e Políticas Públicas, Risco Sanitário, além do Curso de Capacitação em Boas Práticas de Manipulação, ministrado pela Coordenadora Municipal de Vigilância Sanitária, Haideline Mertens Kuff, que abordou os seguintes temas: Entendendo a contaminação dos alimentos; Ambiente de Manipulação e Cuidados com a Água; Manuseio do lixo e controle de vetores e pragas; Higienização do ambiente

e equipamentos; Manipuladores e visitantes; Etapas da manipulação de alimentos e Documentação necessária para a regularização e responsabilidades. Ao final da capacitação todos os participantes receberam uma declaração de participação expedida pela Coordenação Municipal de Vigilância Sanitária do município de Terenos.

Realizamos o cadastro do produtor, bem como visitas nas áreas de manipulação destes produtores, para o cadastramento dos produtos que seriam comercializados; auxiliamos na emissão da Carteira de Sanitária ou de Saúde (documento exigido para manipulador de alimento), bem como através da parceria com a AGRAER (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural), órgão vinculado à SEMAGRO (Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar do Estado de Mato Grosso do Sul) a confecção do rótulo (etiqueta) com código de barra sem custo para o produtor.

3 RESULTADOS

Contamos com a participação de 55 agricultores de cinco assentamentos rurais na fase inicial do projeto em 2016. E em três anos, passamos de 24 para 80 agricultores familiares e 04 associações/ cooperativas de agricultores cadastrados e comercializando seus produtos, que vão de doces (rapadura, melado, compotas de frutas, biscoitos entre outros) e hortifrutigranjeiros (hortaliças, legumes e congelados).

Todos possuem hoje a possibilidade de acessar os mercados institucionais, que é uma alternativa de aproximar do consumidor a produção de base familiar, e que constituem em importantes alternativas de inclusão socioproductiva, além de contribuir diretamente para a ampliação das oportunidades de geração de renda para esse público.

Realizamos as análises laboratoriais microbiológicas e físico-químicas para sabermos a qualidade sanitária destes alimentos, conforme programação com o LACEN/MS – Laboratório Central de Saúde Pública do estado de Mato Grosso do Sul, onde todas obtiveram resultado SATISFATÓRIO.

Auxiliamos este público nas áreas de qualificação profissional, empreendedorismo e regularização junto à Vigilância Sanitária, para que estes sejam fortalecidos e que ocorra uma ampliação dos seus produtos no mercado consumidor. Mostramos para estes que adotando as boas práticas na sua produção possibilita fazer produtos de qualidade em um ambiente às vezes não tão grande e estruturado como exige a legislação sanitária.

Sendo que a continuidade da execução do Projeto se deu através da contrapartida orçamentária que a Prefeitura Municipal de Terenos/Departamento Municipal de Saúde destinou, possibilitando a sustentabilidade do mesmo, pois as atividades propostas neste são parte da rotina da Vigilância Sanitária Municipal, o que garantiu assim que o risco sanitário o qual é objetivo deste continua sendo gerenciado e monitorado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este projeto mostramos para esses pequenos produtores (agricultores familiares) que eles têm o apoio para desenvolverem suas produções com segurança. Muitas vezes eles produziam, mas não tinham como comercializar. E através deste orientamos da melhor maneira possível para que eles tenham os seus produtos comercializados de forma correta.

Pois conforme Cruz et al. (2010), a qualidade da indústria de alimentos está associada à sua estrutura e às suas ferramentas de garantia da qualidade, tomando por base a realidade e as escalas de médias e grandes empresas, a partir dos riscos envolvidos na produção e no transporte de alimentos em grandes volumes. Por sua vez, as produções nas agroindústrias rurais são de forma tradicional, utiliza métodos artesanais, opera em escalas consideravelmente menores, tornando as exigências incompatíveis com a capacidade de investimento das agroindústrias familiares, dada sua pequena escala de produção. Por isso a necessidade de ações públicas, como esta desenvolvida, de apoio para implementar as normas sanitárias no cotidiano de agricultores familiares.

A partir do momento que nós Vigilância Sanitária, passarmos a orientar mais e não só punir, ou seja, abandonarmos o modelo de fiscalização higienista e objetivamos o controle do risco, conseguiremos uma produção mais segura e diminuiremos os riscos de uma contaminação dos alimentos.

Pois a Vigilância Sanitária atua para proteger a saúde da população, minimizando os riscos à saúde decorrentes da produção e do consumo de bens e serviços, e promove a saúde da população ampliando o acesso a bens e serviços que melhorem a saúde e a qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. IBGE - *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/terenos/panorama>.

BRASIL. PORTARIA Nº 523, de 29 de março de 2017. Institui o Programa para Inclusão Produtiva e Segurança Sanitária – PRAISSAN. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20133932/do1-2017-03-30-portaria-n-523-de-29-de-marco-de-2017-20133853>.

BRASIL. RESOLUÇÃO – RDC Nº 153, DE 26 DE ABRIL DE 2017. Dispõe sobre a Classificação do Grau de Risco para as atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária, para fins de licenciamento, e dá outras providências. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2017/rdc0153_26_04_2017.pdf.

BRASIL. RESOLUÇÃO - RDC Nº 23, DE 15 DE MARÇO DE 2000. Dispõe sobre O Manual de Procedimentos Básicos para Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Pertinentes à Área de Alimentos. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2000/rdc0023_15_03_2000.html.

BRASIL. RESOLUÇÃO – RDC Nº 27, de 6 de agosto de 2010. Dispõe sobre as categorias de alimentos e embalagens isentos e com obrigatoriedade de registro sanitário. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/rdc0027_06_08_2010.html.

BRASIL. RESOLUÇÃO-RDC Nº 49, de 31 de outubro de 2013. Dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0049_31_10_2013.html.

Cartilha Inclusão produtiva com segurança sanitária - Orientação para gestores de políticas públicas municipais e trabalhadores da vigilância sanitária. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/snvs/inclusao-productiva>.

Cartilha Inclusão produtiva com segurança sanitária - orientações para empreendedores. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/snvs/inclusao-productiva>.

CRUZ, F. T.; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 5, n. 2, p. 17, 2010. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia/article/view/9822/pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013

DORIGON, C. Agroindústrias familiares rurais e desenvolvimento regional: o caso do oeste catarinense. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL EMPREENDEDORISMO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL. Anais... Rio de Janeiro. 2 a 4 ago. 2004.

LUCCHESE, G. Globalização e regulação sanitária: os rumos da vigilância sanitária no Brasil. 2001. 329 p. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 2001.

REDIN, E. Agroindústrias familiares, participação e conflitos sócio-ambientais: uma incursão prática. Revista Século XXI, v. 1, n. 1, p. 140-159, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/seculoxxi/article/view/3142>>. Acesso em: 10 jun. 2013

SILVEIRA, P. R. C.; ZIMERMANN. S. A Qualidade em circuitos regionais de produção de alimentos numa perspectiva de segurança alimentar. In: FROELICH, M.; DIESEL, V. Espaço rural e desenvolvimento regional. Ijuí: UNIJUÍ, 2004. Relatório de Pesquisa.

WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 13, 1999, p. 29-45